



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 949, de 2020)

Suprimam-se os incisos IV a XI do caput do art. 1º e o inciso IV do caput do art. 2º; e acrescente-se art. 2º-A ao Projeto, nos termos a seguir:

“Art. 1º

.....

IV – (Suprimido).

V – (Suprimido).

VI – (Suprimido).

VII – (Suprimido).

VIII – (Suprimido).

IX – (Suprimido).

X – (Suprimido).

XI – (Suprimido).

.....”

“Art. 2º

.....



SF/20820.56620-67



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

IV – (Suprimido).

..... ”

“Art. 2º-A Excepcionalmente, entre 1º de abril e 30 de junho de 2020, ficam reduzidas as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos para os seguintes percentuais:

I – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescop - um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento;

II – Serviço Social da Indústria - Sesi, Serviço Social do Comércio – Sesc e Serviço Social do Transporte - Sest - setenta e cinco centésimos por cento;

III – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat - cinco décimos por cento;

IV – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar:

a) um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento da contribuição incidente sobre a folha de pagamento;

b) cento e vinte e cinco milésimos por cento da contribuição incidente sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa jurídica e pela agroindústria;

c) dez centésimos por cento da contribuição incidente sobre a receita da comercialização da produção rural devida pelo produtor rural pessoa física e segurado especial.



SF/20820.56620-67



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

Parágrafo único. Durante o prazo de que trata o caput, a retribuição de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, será de sete por cento para os seguintes beneficiários:

- I – Sesi;
- II – Senai;
- III – Sesc;
- IV – Senac;
- V – Sest;
- VI – Senat;
- VII – Senar; e
- VIII – SESCOOP”

JUSTIFICAÇÃO

O projeto suspende, durante o período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), a exigibilidade do recolhimento dos seguintes encargos e contribuições, pelos empregadores, incidentes sobre a folha de salários: (i) FGTS; (ii)



SF/20820.56620-67



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

contribuições destinadas ao INSS; (iii) contribuição social do salário-educação e contribuições destinadas às entidades do Sistema S (SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEBRAE, SESCOOP, etc).

No que tange às contribuições ao Sistema S, o Projeto de Lei trata matéria veiculada pela Medida Provisória nº 932/2020, encaminhada recentemente ao Congresso Nacional. Já está em vigor a redução de 50% dos recursos dessas entidades por 90 dias.

A referida MP, diversamente do Projeto de Lei, evitou a fixação de um período demasiadamente longo, que poderá inviabilizar totalmente a prestação de serviços sociais relevantes para a população.

A suspensão das contribuições por período tão longo como o fixado pelo Projeto de Lei traria uma economia pequena e um impacto gigantesco para o país, podendo inclusive inviabilizar a contribuição ao esforço no combate ao Covid-19 e a manutenção de atividades desempenhadas por tais entidades que são essenciais à recuperação de nossa economia.

A suspensão da exigibilidade de tais contribuições implicará a impossibilidade de pagamento de salários a professores, especialistas e demais colaboradores, vulnerando ainda mais a



SF/20820.56620-67



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

situação de inúmeras famílias e arriscando a continuidade de serviço de fundamental importância aos trabalhadores e ao setor produtivo.

Diante do exposto, propõe-se a modificação do PL 949/20 para que seja adotada redação que coincida com a constante da MP 932/2020.

Sala das Sessões, 8 de abril de 2020.

Senador ANGELO CORONEL
(PSD – Bahia)



SF/20820.56620-67